



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PARECER n.º 33 / 2022 - PRE/DG/ASSED

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de serviço de locação de veículos de passeio (com motorista, incluindo seguro total e quilometragem livre) e Caminhões, para utilização pela Unidade de Transportes (AMAVE) durante o período eleitoral de 2022, destinados ao transporte de passageiros e materiais, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 23/2022 (documento n.º 1944381).
2. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme registrado na decisão que autorizou a abertura da licitação (documento n.º 1936398).
3. Registra-se, ainda, designação de Pregoeiro e equipe de apoio, nomeados por meio da Portaria 45/2020 (documentos n.ºs 1940476 e 1944385).
4. O edital foi publicado no sistema Portal de Compras e no DOU (documentos n.ºs 1944387 e 1944395).
5. Foram formulados pedidos de esclarecimentos pelas interessadas na contratação, os quais foram devidamente respondidos e publicados (documentos n.ºs 1959747, 1959813 e 1973868, fl. 7 a 10).
6. Iniciado a sessão pública, foi realizada a classificação inicial das propostas e, em seguida, realizada a etapa competitiva, para apresentação de lances pelas empresas.
7. Finalizada a etapa competitiva, o Pregoeiro procedeu à negociação de preços, conforme tópico 9.1, do edital (documento n.º 1944381). Houve redução do valor da proposta, conforme consta da ata, documento n.º 1973859.
8. Ato contínuo, realizou-se o exame dos documentos de habilitação e qualificação técnica da empresa melhor classificada, Cidade Transporte Serviços Ltda., inscrita no CNPJ n.º 10.949.635/0001-93, e a predita empresa foi declarada vencedora.
9. De acordo com consulta ao SICAF e demais documentos anexados, verifica-se que a empresa vencedora não possui impedimentos de licitar (documento n.º 1973868).
10. Aberto o prazo, foi interposto recurso e correspondente contrarrazões foram apresentadas conforme documento n.º 1979816.
11. Mediante manifestação no documento n.º 1979439, o pregoeiro sustentou seus argumentos pela improcedência do recurso interposto pela empresa **BSB – Locadora de Veículos Ltda** e pela manutenção da habilitação da empresa vencedora Cidade Transporte Serviços Ltda.
12. No Parecer n.º 442, a ASJUR opinou de igual modo pelo não-acolhimento do recurso, documento n.º 1982049, trecho em destaque:

(...)

5. Ratificando as justificativas lançadas pelo Pregoeiro, entendemos que não devem prosperar os argumentos lançados pela BSB Locadora de Veículos Ltda, mormente tendo em vista a inexistência de vedação legal para a apresentação de atestado técnico emitido por empresa do mesmo ramo de atividade da licitante. Cumpre registrar, ainda, o zelo observado na promoção da diligência referida no item 3 deste opinativo, que não evidenciou quaisquer irregularidades na documentação apresentada pela Cidade Transporte e

Serviços - ME . Assim, entendemos que o recurso apresentado não merece ser acolhido. (grifo nosso)

13. Após, retornaram os autos para análise pela ASSESD.

14. Observa-se que os procedimentos realizados durante a sessão pública foram detalhadamente descritos pelo Pregoeiro em seu Relatório Final, e estão em consonância com o quanto registrado na Ata de Realização do Pregão.

15. Assim sendo, considerando as atribuições do art. 74, XVIII, da Resolução Administrativa n.º 4/2021, constata-se a regularidade do procedimento, que se encontra apto à decisão pelo não acolhimento do recurso apresentado para o lote 1 (itens 1, 2 e 3), **adjudicação** dos mencionados itens e **homologação** da licitação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração, ato contínuo, adotar as providências para celebração do ajuste com a empresa vencedora, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/02, e arts. 13, VI e VII, e 48 do Decreto n.º 10.024/2019, bem como de acordo com a Ata de Realização do Pregão Eletrônico, Relatório Resultado por Fornecedor e Relatório Final do Pregão (documentos n.ºs 1973859, 1973950 e 1980288).

16. Em linha com o princípio da publicidade dos atos administrativos, recomenda-se, s.m.j., que conste da aprovação da Autoridade Competente, o nome da licitante vencedora com o respectivo valor, de acordo com o Relatório Resultado por Fornecedor, documento n.º 1973950.

17. Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos-Lei 8666/93.

À consideração superior.

Cintia Mont'Alverne

Técnico Judiciário

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

ANA FLÁVIA CERQUEIRA MACHADO

Assessora Especial da Diretoria-Geral Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Cintia Alencar Mont'alverne Mattos**, Técnico Judiciário, em 22/06/2022, às 12:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Cerqueira Machado**, Analista Judiciário, em 22/06/2022, às 13:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1982804** e o código CRC **3126706F**.